

# Política

— CORRUPÇÃO —

# QUANTO CUSTARAM ESSES VOTOS

Para quem assegurou fidelidade ao governo na votação do sistema e duração do mandato, os favores foram muitos. Confira qu

A vitória fácil do presidencialismo e do mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República na Assembléia Nacional Constituinte teve um custo alto para o governo — ou, em última análise, para o contribuinte. Nos dias anteriores à votação, um verdadeiro festival de aprovação de recursos destinados às prefeituras espalhadas pelo interior do País e concessões de canais de rádio e televisão ilustraram as páginas do *Diário Oficial da União*. No primeiro caso, via Caixa Econômica Federal, do ministro Prisco Vianna, o governo canalizou quantias bilionárias: Cz\$ 9,6 bilhões, ou cerca de US\$ 86 milhões.

As concessões de 46 canais de rádio e televisão beneficiam, principalmente, as cidades de Estados onde o presidente foi vitorioso, ou onde os governadores assumiram posições francamente favoráveis ao presidente José Sarney. Mas tanto nesses casos como nas aprovações de pedidos de recursos, a fundo perdido ou através de empréstimos em condições privilegiadíssimas, não se verificam localidades próximas

aos centros tradicionalmente hostis às posições do presidente da República. No estado de Alagoas, onde o governador Fernando Collor de Melo faz campanha aberta contra Sarney, não há um só caso a registrar.

Em contrapartida, as cidades das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste constituem a maioria, tanto para receber emissoras quanto os recursos da Caixa Econômica.

Obtidas com exclusividade para o *Jornal da Tarde*, as listas de concessões de canais de emissoras (rádio e televisão) e de solicitações de recursos (com os seus valores calculados de acordo com as Letras do Tesouro Nacional), mostram um comportamento no mínimo suspeito do governo. As listas compreendem um período que vai do final de janeiro até a véspera da votação do sistema de governo no plenário da Constituinte, quando o governo emitia ainda decretos dotando os ares do País de novas ondas médias e frequências moduladas.

**Bartolomeu Rodrigues**

25-03-88

Pág. 6

JT

## Aqui, os convênios que saíram na superterça. Sergipe levou quase tudo.

No dia da votação do sistema de governo na Constituinte — 22 de março —, que deu ampla vitória ao presidencialismo e ao mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República, o *Diário Oficial da União* publicou relação de 51 convênios do Ministério do Interior com prefeituras municipais de vários Estados. Para o Estado de Sergipe foram concedidos 100 milhões de cruzados, destinados à coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil. Os oito deputados (quatro do PMDB e três do PFL) e três senadores da bancada sergipana votaram a favor do presidencialismo.

O extrato de termo aditivo No convênio assinado pelo ministro do Interior, João Alves Filho, e o governador de Sergipe, Antônio Carlos Valadares, não especifica os objetivos do convênio assinado no ano passado, que teve, agora, seu prazo prorrogado até 8/9/88. O termo aditivo foi assinado pelo ministro e o governador no dia 8 deste mês e publicado no dia 22, no final de uma lista de outros 51 convênios.

Os demais convênios, destinados, todos eles, a obras de "infra-estrutura urbana",

sem outras especificações, variam de 700 mil cruzados a um milhão e 500 mil cruzados. Foram beneficiados municípios de Minas Gerais, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Alagoas, Goiás, Pernambuco e Mato Grosso do Sul. Somente na Bahia, 15 prefeituras receberam recursos para infra-estrutura, seguido de Minas Gerais, onde oito prefeituras também foram contempladas pelo Ministério do Interior. O restante dos convênios foi distribuído entre as prefeituras dos demais Estados relacionados.

**Cuiabá**

No mesmo *Diário Oficial* do dia 22, o gabinete do Ministério do Interior divulgou a celebração de convênio com a prefeitura de Cuiabá, Mato Grosso, no valor de cinco milhões de cruzados, destinados à "aquisição de uma máquina escavadeira hidráulica para trabalhos de drenagem e manilhamento de córregos". O convênio foi assinado no dia 3 de março pelo ministro João Alves e o prefeito Dante de Oliveira.